Excelentíssimo senhor Procurador Geral do Estado, Dr José Renato Ferreira Pires, que, neste ato, também está representando o excelentíssimo senhor Governador do Estado;
Excelentíssimo senhor Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, secção São Paulo, Dr. Marcos da Costa;
Excelentíssimo senhor Deputado Federal dr. Arnaldo Faria de Sá;
Excelentíssimo senhor deputado estadual, dr. Fernando Capez;
Excelentíssima senhora defensora pública geral do Estado de São Paulo Dra Juliana Beloque;
Excelentíssimo senhor dr. Flavio D'Urso, digníssimo ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, secção São Paulo;
Excelentíssimo senhor Presidente da Associação Paulista da Magistratura, dr Fernando Bartoleti;
Excelentíssimo senhor Presidente da Associação Paulista do Ministério Público, dr José Oswaldo Molinero;
Excelentíssimo senhor Presidente da Associação Paulista dos Defensores Públicos, Dr Leonardo Scolfano;
Excelentíssima senhora Presidente da Associação dos Procuradores Municipais de São Paulo, dra. Soraya Chehin
Excelentíssimo senhor dr Jorge Eluf, diretor da CAASP;
Excelentíssimo senhor Presidente do SINDIPROESP, dr Derli Barreto Silva Filho;
Excelentíssimo senhor Procurador da Assembleia Legislativa do Estado de SP, Dr Marco Beneton;
Demais autoridades presentes,
Senhoras e Senhores ex Presidentes da APESP,
Senhoras e Senhores Procuradores do Estado aqui presentes;
Meus colegas de diretoria e dos Conselhos da APESP;
Minhas senhoras e meus senhores.

Há exatos dois anos, nossa diretoria tomava posse na nossa querida APESP, entidade que este ano completará 70 anos. Vivíamos uma imensa crise e com ela muitas ameaças. Dentre outras, cabe relembrar o Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016 (PLP 257), proposto pela antiga Presidente da República, que feria de morte o Pacto Federativo Brasileiro; e já se anunciava uma ampla Proposta de alteração da Previdência que, já intuíamos, iria trazer enormes injustiças para os servidores. No âmbito específico de nossa Instituição, a situação já era extremamente preocupante. Tínhamos, na ocasião, cerca de duzentos e noventa cargos vagos, e não havia qualquer perspectiva de abertura de concurso de ingresso. E o serviço a cargo dos Procuradores não parava de aumentar, enquanto o quadro de Procuradores e estagiários diminuía a olhos vistos.

O que propúnhamos na ocasião? Dizíamos: De nossa parte, não vemos outra alternativa; é lutar ou lutar.

E nestes dois anos, tenho firme convicção de que lutamos o bom combate. Enfrentamos e vencemos o PLP 257.

No que se refere à Previdência, uma enorme mobilização de várias categorias de servidores procurou demonstrar as imensas injustiças que o Substitutivo aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados traria aos trabalhadores e aos servidores.

Digo, com orgulho, que a APESP foi uma das entidades que sempre esteve à frente dessa mobilização.

E, aqui, cabe um reconhecimento especialíssimo que desejo fazer de público aos colegas Presidentes das demais entidades das carreiras que compõem as Funções Essenciais à Justiça de São Paulo; a APAMAGIS, a APMP e a APADEP. Juntos, criamos um movimento – o Fórum das Carreiras Essenciais à Justiça de São Paulo – FOCAE/SP, que congregou estudos e unificou formas de luta contra o rolo compressor dessa reforma.

Foi talvez o primeiro movimento organizado de resistência articulada às propostas apresentadas. Assim, quero, neste momento, agradecer aos Presidentes dessas entidades, todos aqui presentes, por essa magnífica luta conjunta. Quero também aqui agradecer – e homenagear – um dos maiores guerreiros dessa batalha. Um grande amigo dos servidores; um exemplar parlamentar; um batalhador incansável dessa luta; o deputado federal Arnaldo Faria de Sá, também aqui presente.

Amigos, foi uma luta dificílima. Duríssima. Dia após dia; semana após semana. Viagens, conversas, reuniões e mais reuniões. Textos e mais textos. Tudo isso por meses. O quadro era dificílimo, na medida em que poderosos interesses fizeram imensa força pela aprovação do texto, tal como apresentado. Além disso, esses interesses patrocinaram absurda campanha

na mídia contra os servidores. Mas, acho que temos o que comemorar. Conseguimos senão impedir a discussão da reforma, ao menos demonstrar para significativo número de parlamentares as diversas injustiças do texto e necessidade de alterá-lo. É provável – aliás, muito provável – que essa luta tenha de continuar. Estaremos atentos e atuantes, e lutaremos com todo o vigor que essa causa merece. Tenho certeza de que posso falar por todos.

E, quanto ao nosso front interno, também entendo haver o que comemorar. Nosso concurso de ingresso já está na rua. Infelizmente bastante atrasado, pois agora não são mais duzentos e noventa cargos vagos, mas quase quatrocentos. A proposta de aumento da GAE e de uma promoção automática após o estágio confirmatório levada pela APESP ao anterior Procurador Geral já se encontra na Alesp. Os núcleos temáticos da APESP encaminharam aos órgãos da PGE diversas sugestões de racionalização do trabalho e diminuição da litigiosidade. Várias delas foram acolhidas. Conseguimos alterar o entendimento da PGE para que seja possível a criação de um cadastro de reserva para estagiários. Não resolverá a carência de Procuradores e servidores, mas poderá ajudar um pouco o dia a dia dos Procuradores. Realizamos eventos memoráveis. Após 19 anos, voltamos a organizar nosso Congresso Nacional de Procuradores em São Paulo.

Dois anos se passaram. Quero neste momento agradecer todos os membros da Diretoria e dos Conselhos que atuaram na APESP nesse período. Foi uma experiência maravilhosa ter trabalhado com vocês. Agradeço imensamente o trabalho e a disposição com os quais me ajudaram nesse período.

Agora toma posse uma nova diretoria e novos membros dos Conselhos. Aos diretores e conselheiros reeleitos, meu agradecimento por aceitarem continuar o trabalho que há dois anos iniciamos. Aos novos diretores e conselheiros, meu agradecimento por se juntarem a nós para os desafios que se avizinham.

Não pouparemos esforços em estar sempre em Brasília, explicando aos parlamentares a indispensabilidade do trabalho dos Procuradores do Estado para a Justiça, para a Administração e para a sociedade. Continuaremos nossa permanente luta, seja para o aprimoramento das normas constitucionais e legais aplicáveis às Procuradorias, seja contra todo e qualquer retrocesso que, infelizmente, de quando em quando, parece querer ressurgir. Juntos com a ANAPE, continuaremos trabalhando pela autonomia da advocacia pública, nos moldes do Substitutivo da Proposta de Emenda Constitucional nº 82, aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

No âmbito interno, continuaremos as lutas dos Procuradores. A primeira delas já está ocorrendo. A APESP está há tempos na Assembleia Legislativa visando à aprovação do Projeto de Lei Complementar 31, de 2017, que melhora significativamente a situação dos colegas que estão nos níveis iniciais de nossa carreira. Faremos de tudo para que essa matéria seja votada, com o aperfeiçoamento por nós sugerido. Continuaremos nossa luta pela criação de carreiras de apoio no âmbito da PGE.

Continuaremos atuando com vistas à efetiva diminuição da litigiosidade nas causas afetas à Procuradoria de São Paulo, a fim de tornar efetivo o inciso LXXVIII, do artigo 5º da Constituição Federal, o qual assegura a todos duração razoável dos processos judiciais e administrativos.

Acho esse o grande desafio da PGE: racionalizar sua atuação para obter resultados ainda melhores do que ela, graças ao trabalho diuturno de seus Procuradores, tem obtido. A APESP espera ser parceira nessa atuação.

Para que cheguemos a bons resultados, não basta apenas uma atuação isolada da Diretoria. É fundamental ampliarmos todos os espaços de discussão e debates, de modo a permitir a intensa participação de todos os associados.

É o que faremos. Uma gestão extremamente participativa na qual todos os associados terão canais permanentes de participação.

Nossa PGE já é grande, mas juntos vamos fazê-la ainda melhor e maior.

Muito obrigado